

**Intervenção proferida pelo Deputado
Luís Sequeira de Medeiros na Sessão
Plenária de Dezembro de 2003**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Membros do Governo Regional

Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas

Permita-me V. Exa que lhe dirija um cumprimento especial pelas funções que acaba de assumir e que lhe expresse os meus mais cordiais votos de felicidades no seu desempenho.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do
Governo Regional

A proposta de Plano Anual que aqui debatemos é a última do Plano a Médio Prazo. Terá pois que ser vista como a fase de conclusão deste Plano e, conseqüentemente, do desempenho do Governo Regional no decurso do seu último mandato.

A soma das dotações inscritas nos quatro programas que respeitam à agricultura nesta proposta de Plano Anual mantém o mesmo peso percentual que tem presentemente, num valor que se situa ao redor dos 14%.

Os referidos quatro programas (a saber: Fomento Agrícola, Apoio à comercialização e Transformação dos Produtos Agrícolas, Diversificação Agrícola e Fomento Florestal) têm uma dotação global de 40.486 milhares de euros, verba superior em 10.158 milhares de euros àquela que fora aprovada por esta Assembleia, aquando da Reprogramação Financeira do Plano, em Novembro de 2002.

Perante um tal cenário, à primeira vista positivo, a sabedoria popular diria: - “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. E é caso para isso, tanto mais que este reforço das verbas para investimento no sector agrícola surge no último ano deste Plano a Médio Prazo, quando já é demasiado tarde para consubstanciar as modificações que a Agricultura desta Região precisa para enfrentar

os desafios que lhe colocam as condicionantes ao seu desenvolvimento.

Cabe então perguntar:

Será que se trata de um reconhecimento tardio das carências de investimento no sector agrícola, com vista a prepará-lo para o futuro difícil que se perspectiva? Não, já não vem a tempo! Parece antes tratar-se de um Plano talhado para ano de eleições, destinado a pagar os compromissos atrasados ou a fazer apenas obra fisicamente visível?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Membros do Governo Regional

O desenvolvimento sólido de uma Agricultura competitiva, como se deseja, teria passado, obrigatoriamente, por uma outra postura perante os problemas, por aquilo que três anos deste Plano a Médio Prazo não foram capazes de operar. Ou seja, uma aposta forte:

- no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na melhoria das condições de acesso à actividade pelos jovens empresários;

uma aposta forte:

- na reestruturação fundiária, sobretudo no que respeita ao emparcelamento e ao redimensionamento das explorações; no bom uso da terra; na melhoria dos acessos às explorações e, sobretudo e de uma vez por todas, das redes de distribuição de água e de energia eléctrica;

uma aposta forte:

- no desenvolvimento da investigação científica, da experimentação e da vulgarização com vista à melhoria da eficiência técnica e económica dos circuitos de produção e de transformação e da qualidade e competitividade dos produtos regionais,

uma aposta forte:

- na estruturação de uma verdadeira política para a produção intencional de carne de bovino, com vista a inverter a tradicional exportação de gado vivo, promover a regularidade e uniformidade da oferta e desenvolver a tecnologia necessária ao reconhecimento da qualidade do produto no mercado;

E se a ênfase tem que ser posta, naturalmente, nas vertentes do leite e da carne, porque são as de maior impacto social e económico, e porque é imperioso tirar o maior partido possível dos nossos recursos endógenos e das vantagens comparativas que eles poderão representar, isso não significa que se ponha de parte a busca de alternativas viáveis e o incentivo de outras produções, mesmo sabendo que, na conjuntura actual, as dificuldades são muitas.

Deveriam assim merecer maior atenção:

- as culturas industriais que ainda se mantêm, que lutam com dificuldades e precisam ser acarinhadas e incentivadas.

Merece atenção:

- o sector horto-frutícola. Apesar da procura interna sempre em crescimento, sente as dificuldades de competir, mesmo cá dentro, num mercado altamente concorrencial, onde a falta de organização da produção, com vista a enfrentar as exigências de qualidade e das novas formas de comercialização, não permitiu ainda que se tivesse desenvolvido como seria de desejar. É preciso restituir a este sector tão importante o papel que lhe cabe no nosso auto-abastecimento.

Merecem atenção:

- a floricultura e a produção de batata de consumo. São hipóteses válidas de diversificação, com capacidades de afirmação no mercado externo, a requerer apoio no suporte científico e técnico, na concertação de estratégias, na procura e no acesso aos mercados.

Finalmente, merece maior atenção:

- o sector florestal, com um considerável potencial de desenvolvimento, com um importantíssimo papel a desempenhar, não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu significado na ocupação de incultos, na recuperação de terrenos indevidamente apastados, na protecção das zonas de pastagem alta e dos cursos de água torrenciais, no equilíbrio do regime hídrico, no combate à erosão, em suma, na preservação da qualidade ambiental e da paisagem.

Infelizmente, não vimos reflectidas, com a clareza objectiva que seria de esperar, nem ao longo deste Plano a Médio Prazo, nem na proposta anual que agora se discute, estas preocupações, que só muito timidamente se manifestaram.

Porque, afinal de contas, senhoras e senhores deputados, o que verdadeiramente importa como grandes objectivos do desenvolvimento agrícola desta região mais não é do que:

- a melhoria do rendimento dos agricultores e do seu agregado familiar, presentemente num processo de degradação acentuado, progressivo e preocupante;
- a sua valorização social;
- a dignificação do trabalho agrícola;
- a melhoria da sua qualidade de vida, e do meio rural onde se inserem.
- a melhoria do ambiente e a preservação da paisagem rural.

Chegados à última etapa deste PMP, constata-se que ele não conseguiu promover as alterações que a agricultura açoriana necessitava para enfrentar com segurança o futuro que se lhe depara. Por isso, continua a não merecer a nossa concordância.

Não vou referir ou especificar particularmente nenhum aspecto dos projectos e acções desta proposta de Plano para 2004 na área agrícola. As considerações que vos deixo, para além de constituírem outras tantas preocupações que sinto, pretendem também justificar as razões que nos levam a votar desfavoravelmente esta proposta de Plano Anual.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 2003

Luis Henrique Sequeira de Medeiros.